
Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil

Marcio Pochmann*

Apresentação

Desde 1990 que a economia brasileira vem sendo fortemente atingida pelo movimento de internacionalização do seu parque produtivo. Em grande medida, a constituição de um novo modelo econômico, fundado numa estratégia distinta de inserção na economia mundial, transformou-se na principal responsável pela atração de parte da liquidez internacional, através do ingresso de recursos estrangeiros no país. Simultaneamente, a integração do Brasil ao movimento de construção do MERCOSUL terminou por potencializar ainda mais a inserção comercial.

Ao ter adotado o programa de liberalização produtiva, financeira, comercial e tecnológica, o país terminou expondo à competição internacional quase todo sistema produtivo, sem paralelo desde a década de 1930. Os resultados não foram, na maior parte das vezes, positivos para o conjunto do país. De um lado, o país ampliou ainda mais o seu grau de vulnerabilidade externa, diante da crescente dependência financeira, produtiva, comercial e tecnológica, sem conseguir instalar um novo estágio de desenvolvimento econômico sustentado. Depois da década perdida, evidenciada nos anos 80, assistiu-se, na década de 1990, a consagração de um desempenho econômico ainda pior.

De outro lado, a liberalização econômica, financeira, produtiva e tecnológica frustou as expectativas quanto à evolução ocupacional. Decorridos mais de 10 anos de predomínio das medidas voltadas para a liberalização comercial observa-

* Professor Livre Docente do Instituto de Economia (IE) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil.

se um saldo negativo no conjunto das ocupações, considerando o decréscimo no nível de emprego nos setores econômicos em que houve a ampliação da presença tanto do capital externo quanto de produtos e serviços importados.

Na maior parte das vezes, os recursos provenientes do exterior concentraram-se nas oportunidades especulativas oferecidas pela própria condução da política macroeconômica, através da prática de elevadas taxas de juros. Além disso, uma outra parte do capital estrangeiro foi constituída de investimentos diretos. Os investimentos diretos do exterior participaram tanto do processo de privatização do setor produtivo estatal e dos serviços públicos quanto da aquisição de patrimônio privado nacional. Ao mesmo tempo, novas empresas financeiras e não financeiras se instalaram no país, reforçando o caminho das transferências de recursos ao exterior, especialmente nos setores de serviços, incapacitados de gerarem excedentes comerciais.

Por conta disso, o novo ciclo de internacionalização da economia trouxe, ao seu modo, implicações não desprezíveis para o trabalho. No presente estudo, procura-se destacar alguns efeitos da abertura e integração comercial sobre o mundo do trabalho, incluída, quando possível, a situação do conjunto dos países que constituem o MERCOSUL.

Inicialmente, trata-se de apresentar as principais atualidades do contexto do comércio mundial e do MERCOSUL, para, em seguida, discutir a nova inserção econômica brasileira. A situação do emprego industrial no Brasil, bem como as novas formas de inserção da força de trabalho e as transformações nas relações de trabalho no âmbito do MERCOSUL são analisadas na parte final.

Atualidades do sistema mundial de comércio

Nas duas últimas décadas do século XX, o comércio internacional registrou alterações significativas. Dois foram os principais vetores responsáveis pelas modificações no sistema mundial de comércio.

O primeiro vetor encontra-se associado à constituição de novas instituições mais presentes na dinâmica do comércio internacional. O surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1993, como resultado da realização das rodadas de discussões promovidas desde 1986, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), proporcionou novidades ainda não constatadas desde as primeiras tentativas de regulação do comércio internacional, ao final da Segunda Guerra Mundial (Gonçalves, 2000; Rêgo, 1996).

Embora a OMC não deva ser confundida como uma instituição livre-cambista, ela apresenta sinais, cada vez maiores, direcionados a promover a concorrência aberta num mundo marcado por elevadas desigualdades produtivas,

tecnológicas, trabalhistas e financeiras. Não causa espanto, portanto, reconhecer que os países pobres tornam-se quase irrelevantes no conjunto dos processos de negociações multilaterais, ao passo que a OMC terminou aproximando-se mais dos interesses das economias desenvolvidas e das grandes empresas estrangeiras.

Além da novidade no campo multilateral, com a criação da OMC, também ganharam maior importância os acordos plurilaterais, como no caso da União Européia, NAFTA e MERCOSUL. Mais recentemente, as idéias voltadas para a constituição do Acordo de Livre Comércio (ALCA) no continente americano passaram a ter maior centralidade nas agendas dos governos.

O exemplo mais avançado de acordo plurilateral tem sido, até o momento, o da União Européia, que além da constituição de políticas supranacionais consensadas, vem implementando um sistema monetário regional. No que diz respeito ao MERCOSUL e ao NAFTA, que são experiências bem mais recentes que a União Européia, observa-se, fundamentalmente, que o fluxo de comércio supranacional assume o principal sustentáculo dos acordos plurilaterais.

Dessa forma, a queda das barreiras comerciais entre países estimula o comércio supranacional, sem levar, entretanto, ao desencadeamento de um novo padrão de desenvolvimento econômico, especialmente em relação ao MERCOSUL. A proposta de criação da ALCA parece avançar no mesmo sentido, o que facilita ainda mais as nações desenvolvidas.

O segundo vetor responsável pelas principais modificações recentes no sistema de comércio mundial refere-se à introdução de uma nova agenda temática na dinâmica das negociações entre países. Diante do predomínio do receituário neoliberal, houve grande convergência na retórica diplomática favorável à liberalização dos mercados, especialmente no âmbito comercial, financeiro, produtivo e tecnológico.

Nos mais diversos fóruns internacionais em que atuam as agências multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, a defesa da liberdade dos mercados foi defendida não apenas nos discursos, mas pelos programas de ajuda financeira e de cooperação técnica e comercial. As posições pró-mercado somente não foram uníssonas no plano internacional devido à posição da Organização Internacional do Trabalho, que se manteve, apesar das pressões em contrário, chamando a atenção para as especificidades da situação do trabalho no mundo.

Na maior parte das vezes, a ênfase na eliminação das barreiras nacionais terminou visando, sobretudo, desobstaculizar as resistências à livre circulação do capital. O mesmo, no entanto, não ocorreu em relação ao trabalho.

Em geral, as barreiras montadas à circulação do trabalho permaneceram ou foram ainda mais fortalecidas. Dessa forma, percebe-se a manifestação concreta

da globalização, consagrada especialmente ao capital, nas suas mais diversas faces.

Além disso, outros temas também repercutiram de forma importante no interior da discussão sobre a regulação do comércio internacional. De um lado, tiveram importância as discussões sobre a implementação de cláusulas sociais nos critérios de normatização comercial.

A adoção de uma carta social regulando o comércio socialmente injusto poderia constituir uma forma de o mundo pressionar pelo fim de formas pretéritas de trabalho, como trabalho compulsório, trabalho do menor, baixos salários, entre outros. Mas isso foi discutido, no entanto, sem avançar. Uma parte dos países, especialmente os mais pobres, argumentam que a introdução de cláusulas dessa natureza poderia contribuir ainda mais para a marginalização das economias não desenvolvidas.

Também teve destaque a discussão em torno da implementação de selos de proteção ambiental nos produtos e serviços comercializados. Seria essa uma nova oportunidade de controle e até redução do comércio prejudicial ao meio ambiente.

Essa discussão também não andou muito. A não ser a pressão direta das ONGs, especialmente através de fóruns mundiais e ações concretas em casos específicos, o comércio mundial segue economicamente perverso, socialmente injusto e destrutivo ao meio ambiente.

Experiência recente do MERCOSUL

A constituição do MERCOSUL, em 1991, a partir do Tratado de Assunção, representou uma nova etapa no âmbito da integração latino-americana. Mais recentemente, com a entrada em vigor da tarifa externa comum, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai passaram a viver uma situação relativamente nova e sem paralelo histórico rumo à construção do Mercado Comum do Sul, após uma série de tentativas estabelecidas desde a década de 1950.

Deve-se destacar, no entanto, que ao final dos anos 80 –década que ficou conhecida como perdida para os latino-americanos –ocorreu o desenho inicial de algumas estratégias de integração regional. Sob a marcha forçada das políticas macroeconômicas de ajuste, orientadas pelo Fundo Monetário Internacional, os países latino americanos tiveram, naquela época, que, sem acesso a recursos externos, gerar saldos comerciais crescentes e positivos para servir de pagamento ao serviço da dívida externa acumulada no período de elevada liquidez monetária internacional durante a década de 70.

Apesar dos resultados apresentados de elevação das exportações e redução das importações, as economias da região passaram por forte elevação na taxa de inflação e baixo crescimento econômico. Não obstante o agravamento do quadro socioeconômico nacional, houve avanço considerável do ponto de vista político, pois foi possível no mesmo período de tempo interromper uma longa fase de ditaduras militares ocorrida nos países latino-americanos, através da retomada do Estado de Direito.

Diante de um cenário democrático as possibilidades de integração regional foram discutidas por governos recém eleitos, aparecendo cada vez mais como uma alternativa supranacional frente às imposições de políticas macroeconômicas de ajustes por parte das agências multilaterais. Todavia, a realização de acordos da dívida externa (exportar muito mais do que importar) e os desajustes econômicos internos (altas taxas de inflação e baixo crescimento) limitaram a construção de estratégias saudáveis de construção da integração regional nos países latino-americanos.

Somente nos anos 90, com a volta do acesso aos recursos externos por parte dos países da região e permanência de regimes democráticos é que se tornou possível um maior ganho de eficácia nas políticas de estabilização monetárias e, por consequência, oportunidades comerciais renovadas no espaço geográfico supranacional. Mas a forma de ataque à inflação privilegiado não deixou de ocorrer sem a adoção de um modelo de reorganização econômica estabelecido previamente pelo chamado Consenso de Washington, que sugeriu prioritariamente a redefinição do papel do Estado, a privatização do setor produtivo estatal, a desregulamentação financeira e comercial, a valorização cambial, a elevação das taxas de juros e a desregulação do mercado de trabalho.

Não sem motivo, todas essas medidas levadas à frente impuseram profundas alterações econômicas, ao mesmo tempo que abriram novos espaços e oportunidades para os países do cone sul da América Latina avançarem em algumas estratégias de integração regional. Isso porque a permanência de um cenário de incertezas econômicas e de inseguranças sociais, num mundo cada vez mais internacionalizado, fez do espaço nacional, um espaço insuficientemente adequado para o estabelecimento de medidas eficazes de reversão dessas tendências.

Em geral, as regras definidas no plano supranacional poderiam gerar alternativas mais eficazes de controle da competição desregulada e da ampliação das desigualdades sociais.

Mas essas medidas ainda estão para serem melhor conduzidas nos países do MERCOSUL, pois a adoção do modelo de estabilização monetária, sobretudo em países como Argentina e Brasil, induziu a integração regional a sustentar-se basicamente no comércio de bens e serviços. Nesse particular, parece inegável o

avanço do comércio entre os países membros do MERCOSUL. (Stolovich, 1994; Sunkel, 1993).

Prova disso foi o rápido crescimento do comércio entre os quatro países, que dobrou nos últimos quatro anos. Entre 1988 e 1998, por exemplo, o valor das exportações entre os países do MERCOSUL cresceu a uma taxa média anual de 19,5%, superando o volume de cerca de 20 bilhões. Esse total representa quase 50% das vendas realizadas externamente entre os países latino-americanos.

Como característica da integração das economias do MERCOSUL, destaca-se a redução dos entraves à maior movimentação de serviços e mercadorias entre fronteiras, o que termina sendo estimulado pelo movimento de desregulamentação dos Estados Nacionais. O comércio suprarregional, por exemplo, registra nos anos 90 forte elevação nas taxas de crescimento, superiores à década passada. Entretanto, os dados sobre o desempenho do comércio externo não expressam plenamente o aprofundamento do fenômeno integração regional. Também estão associadas ao movimento de constituição do MERCOSUL, a ampliação e a interligação dos mercados comerciais e financeiros, que favorecem a rápida difusão e interconexão dos fluxos financeiros, de novos produtos e de algumas tecnologias de informação.

Da mesma forma, o processo de reestruturação das atividades produtivas, com novas formas de organização empresarial e de gestão da mão-de-obra, apresenta-se como uma constante exigência da integração comercial. Tudo isso ocorre de maneira assimétrica e descontínua entre os países da região, pois a desregulamentação e acirramento da concorrência intercapitalista na região ocorre diante da subordinação mais geral das empresas às políticas macroeconômicas de deflação e valorização financeira (Consenso de Washington).

Em geral, a visão que domina o debate sobre o tema da integração regional tende a apresentar a empresa moderna como dependente completamente do padrão internacional de produção, de investimento, de consumo e de incorporação tecnológica. Acontece, todavia, que a empresa, em termos macroeconômicos, encontra-se situada no espaço nacional, cujo ambiente definido pelo modelo de estabilização monetário impõem diversas restrições competitivas. Por conta disso, as estratégias de competição, ao invés de seguirem o paradigma da competição sistêmica, terminam orientando mesmo as ações empresariais de modernização restrita e competição via redução de custos de produção. Essas parecem nem sempre estarem amparadas na inovação tecnológica, mas -via de regra- sustentadas nos tradicionais mecanismos atrasados de precarização do uso e remuneração da força de trabalho.

As mudanças organizacionais têm ocorrido em profusão, mesmo na ausência de grandes esforços em difusão tecnológica, o que terminou impondo, como consequência, fortes repercussões sobre o trabalho. O aumento do desemprego

aberto e o reforço nas formas não-assalariadas de ocupação ganharam destaque nos anos 90 nos países do MERCOSUL.

A nova inserção econômica do Brasil

O Brasil completou 11 anos de vigência de um novo modelo econômico que se pautou pela desregulamentação comercial e financeira, reformulação do papel do Estado e desregulação do mercado de trabalho. Na toada do programa liberal, sucessivos governos brasileiros implementaram, após 1990, diversas medidas que deixaram de diferenciar o mercado interno do externo, com intuito de promover a inserção competitiva, combinada com a intenção de modernização produtiva e de diminuição da desigualdade social. Com o avanço do MERCOSUL, a diferença entre mercados interno e externo ficou ainda menor.

Ao procurar internalizar os pressupostos de um novo modelo econômico, o Brasil alterou radicalmente a sua inserção na economia mundial. Em função disso, procurou estimular a liberalização comercial e financeira, acompanhado de medidas favoráveis ao ingresso de maior quantidade de recursos estrangeiros, bem como da internacionalização do sistema produtivo¹.

A desregulamentação da economia foi responsável pela ampliação da oportunidade de ser estabelecidas no Brasil uma nova forma de inserção internacional. Da posição de terceiro maior gerador de excedentes comerciais do mundo - alcançada nos anos 80 - abaixo apenas do Japão e da Alemanha, o Brasil transformou-se, imediatamente após a adoção do Plano Real, numa economia deficitária nas trocas de bens.

O eixo do conjunto das reformas implementadas durante os anos 90 esteve comprometido com a integração do Brasil à economia internacional. Para isso, a estabilidade monetária assumiu grande relevância, pois sem a volta da presença da função da moeda como unidade de conta, as grandes empresas transnacionais não teriam como avaliar precisamente o desempenho econômico, a rentabilidade e os custos de produção e serviços.

Assim, o país que convivia com alta inflação por quase 15 anos adotou um programa de estabilização ancorado na moeda norte-americana, permitindo que o mercado interno internacionalizasse seus custos e preços a partir de 1994. Ao mesmo tempo, o combate à inflação foi acompanhado de maior abertura comercial e financeira, diante de altas taxas de juros e câmbio valorizado (Souza e Triches, 1993).

A drástica redução das tarifas alfandegárias favoreceu a ampliação da oferta de produtos importados sem a contrapartida da expansão dos bens e serviços exportados. Como consequência, o Brasil passou de uma posição de superávit para a de déficit no Balanço Comercial.

Desde 1995 o país vem acumulando déficits comerciais, enquanto entre 1983 e 1994 registrou superávits comerciais. Entre 1983 e 1994, por exemplo, o país registrou saldo comercial médio anual 12,3 bilhões de dólares americanos, que equívaleu a 3% do Produto Interno Bruto.

Apesar de todo o esforço comercial na construção de megassuperávits na conta de comércio externo, o país não gerou receitas suficientes para fazer frente ao déficit na conta de serviços do Balanço de Pagamentos. Entre 1983 e 1994, foram 4,1% do PIB transferidos anualmente para o exterior, como pagamento dos serviços do endividamento externo.

A diferença entre as receitas provenientes da conta de comércio externo e as despesas com a conta de serviços do Balanço de Pagamento foi coberta pelo adicional endividamento externo que aumentou em 54,7 bilhões de dólares. Entre 1983 e 1994, o endividamento externo brasileiro cresceu de 93,6 bilhões de dólares para 148,3 bilhões de dólares.

Já entre os anos de 1995 e 1999, o déficit comercial médio anual foi de 5 bilhões de dólares, enquanto a conta de serviços passou a ser, como média anual, de 23,3 bilhões de dólares.

Apenas para comparação, entre 1983/94 era de 13,9 bilhões de dólares.

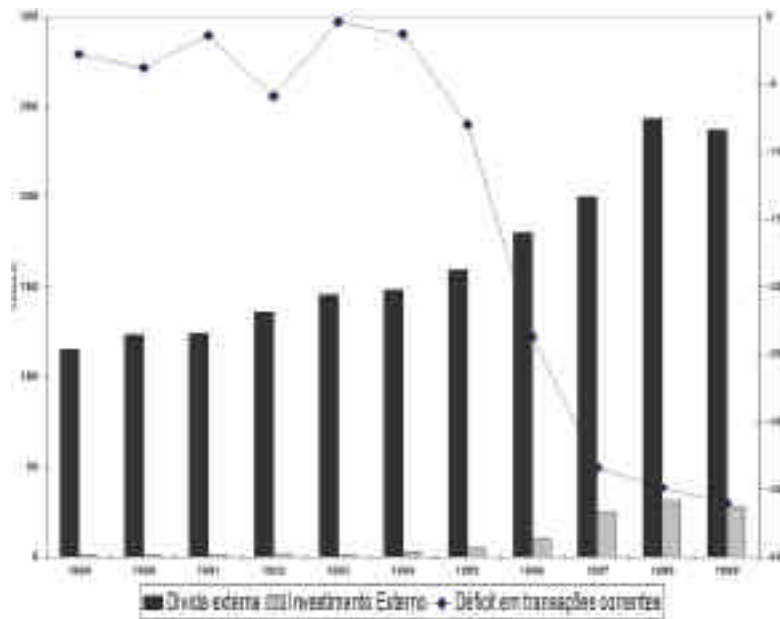
Dessa forma, a somatória dos déficits comercial e de serviços alcançou 28,3 bilhões de dólares a cada ano, em média. Para o financiamento dessa quantia, o endividamento, mais uma vez, foi utilizado, resultando na sua ampliação de 148,3 bilhões, em 1994, para 236,9 bilhões, em 1999. Ou seja, uma elevação, em cinco anos, de 88,6 bilhões de dólares.

Como se pode notar, o financiamento do déficit comercial, bem como da conta de serviços do Balanço de Pagamentos ocorreu, basicamente, de duas formas. A primeira esteve associada ao maior endividamento externo.

Não apenas o setor público endividou-se no exterior, como também o setor privado tornou-se importante tomador de crédito externo. A combinação resultante entre o maior endividamento externo, com a conseqüente ampliação dos serviços de pagamentos externos a cada ano, e o déficit no balanço comercial, foi a maior dependência do financiamento externo. Enquanto houver o ciclo de crédito externo, a crise de um novo endividamento não se deve manifestar, porém são armadas as condições para que isso ocorra sem precedentes anteriores.

Gráfico 1

Brasil – Dívida externa, Investimento Direto Externo e déficit em transações correntes, 1989 a 1999 (em bilhões de dólares)



Fonte: Bacen, 1988/2000.

A segunda forma de financiamento resultou dos investimentos externos. Inicialmente, a atração de recursos voluntários estrangeiros dependeu de taxas de juros reais elevadas.

Paralelamente, a abertura da privatização aos capitais estrangeiros possibilitou fundar os investimentos na compra de patrimônio nacional (público e privado).

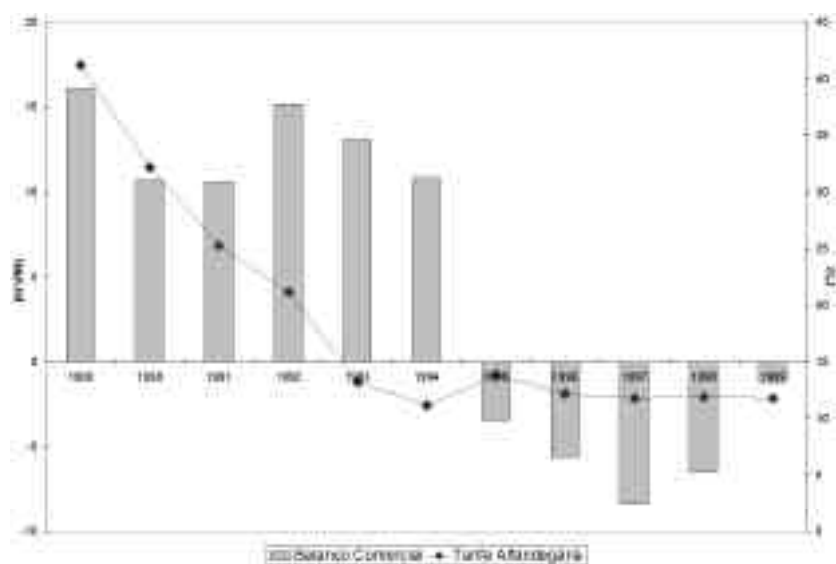
Em diversos setores de atividade econômica houve, em contrapartida, a elevação no grau de internacionalização da produção. Com a maior presença de empresas estrangeiras, determinados setores passaram a ser controlados por capitais externos, como no caso da indústria de alimentos, automobilísticos, informática, farmácia, higiene, limpeza, plástico, borracha, entre outros (Gonçalves, 1999; Moreira, 1999).

Durante os anos 90, após o recesso do ingresso voluntário de recursos externos ocorrido na década de 1980, assistiu-se a presença crescente dos investimento diretos do exterior.

Comparando a participação do Brasil no fluxo total de investimentos diretos mundiais, nota-se que nos anos 90, o país recebeu, em média, cerca de 2,9%, enquanto nos anos 80 foi de menos de 2%. Na década de 1970, em pleno auge dos investimentos externos, o Brasil absorveu, em média, 7,5% do total dos recursos internacionais.

Gráfico 2

**Brasil – balança comercial (em bilhões de dólares)
e tarifa alfandegária média (em %) 1989 a 1999**



Fonte: Bacen, 1989/2000

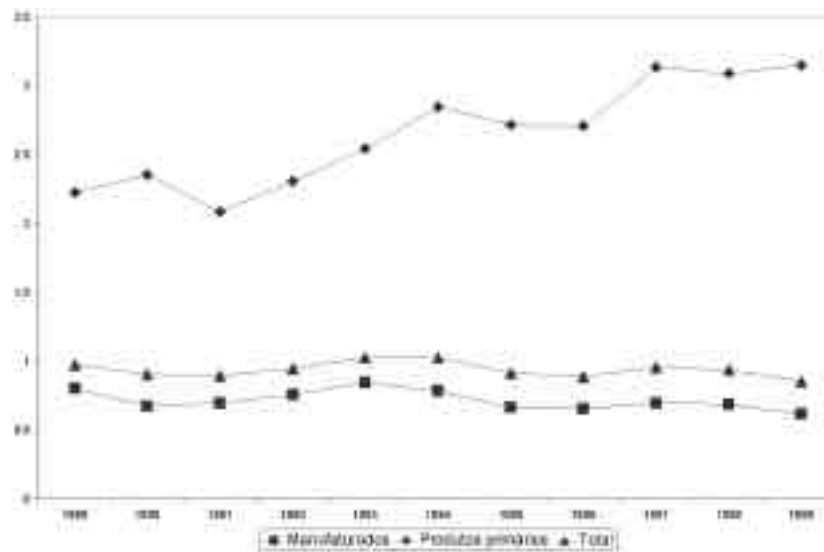
Paralelamente à elevação dos investimentos diretos externos no país, ocorreu a queda das tarifas aduaneiras. Em 1999, a média das tarifas alfandegárias era de 11,8%, enquanto em 1989 era de 41,2%.

Diante da rápida queda na proteção à produção nacional ocorreu uma forte elevação no coeficiente de penetração (importação sobre produção), que aumentou de 4,4% para 8,8%, enquanto o coeficiente de abertura (exportação sobre produção) passou de 8,3% para 8,6%.

Sem dúvida, a presença das importações foi predominante nos anos 90, especialmente após a implementação do Plano Real.

Gráfico 3

Brasil – participação na exportação mundial de produtos primários e manufaturados, 1989 a 1999 (em %)



Fonte: ONU, Bacen, 1988/2000.

A adoção da desregulamentação comercial como um fim em si mesmo, ou seja, como instrumento de ampliação da oferta de produtos importados e, por consequência, de combate à inflação, trouxe sérios problemas. De um lado, a economia brasileira perdeu a oportunidade de usar a política comercial como estímulo às exportações e de incorporação de novas tecnologias.

Por conta disso, a participação brasileira nas exportações mundiais de produtos manufaturados regrediu, enquanto o peso nas exportações de produtos primários foi elevado.

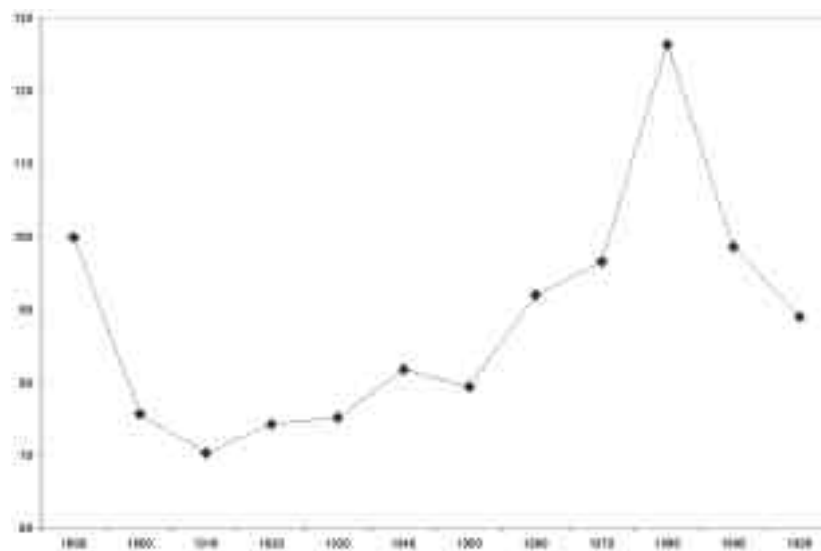
Guardada a devida proporção, os anos 90 representaram a volta da dinâmica comercial próxima da verificada no Brasil até 1930, quando exportava bens de baixo valor agregado e pequeno conteúdo tecnológico e importava bens de maior valor agregado e coeficiente tecnológico.

De outro lado, a abertura comercial drástica e desacompanhada de políticas industriais e agrícolas adequadas, levou à desarticulação de algumas cadeias produtivas, provocando a substituição de produtos nacionais por importados, o que aumentou ainda mais a dependência externa do país. Com a presença de medidas governamentais voltadas para a valorização cambial, as exportações encontraram uma barreira adicional, sem falar no estímulo acrescido às importações de bens e serviços e gastos com serviços no exterior.

Diante disso, não causa surpresa constatar que o país tem regredido a sua situação econômica em relação às principais nações desenvolvidas. Bem ao contrário do que ocorreu entre 1930 e 1980, quando houve elevação da renda por habitante no Brasil em relação a dos EUA, por exemplo. Somente a partir dos anos 80 que o Brasil sofreu uma reversão na situação socioeconômica. Com a adoção das políticas macroeconômicas liberais nos anos 90, aprofundou-se a regressão na renda *per capita* do brasileiro em relação a do norte-americano.

Gráfico 4

Brasil - índice de evolução do PIB per capita em relação ao PIB per capita dos EUA, 1890 a 1999 (1890 = 100)



Fonte: FIBGE, OCDE e BIRD, 1988/2000 (elaboração própria).

Os efeitos sobre o emprego industrial no Brasil

Conjuntamente com a implantação das reformas neoliberais no Brasil e o avanço do MERCOSUL, os efeitos de regressão socioeconômica foram se manifestando. Inicialmente, constatou-se a presença de fortes sinais de desestruturação do mercado de trabalho.

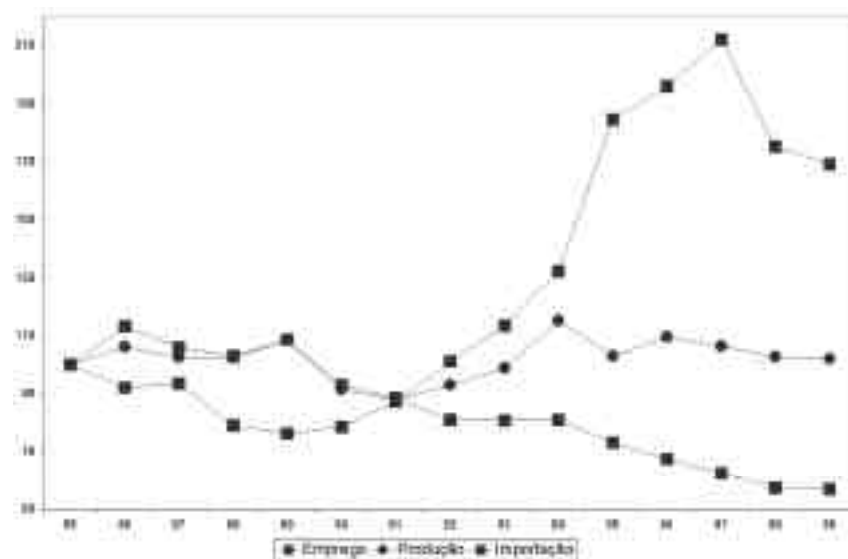
Em outras palavras, o aparecimento de elevado desemprego aberto, o dasalariamento e a geração de postos de trabalho precários. Entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhões para 7,6 milhões, com aumento da taxa de desemprego aberto passando de 3,0% da População Economicamente Ativa para 9,6%.

Da mesma forma, houve também uma redução do emprego assalariado no total da ocupação.

Em 1989, 64% do total da ocupação brasileira era de assalariados e, em 1999, passou para 58,7%. Somente no mercado formal de trabalho, 3,2 milhões de trabalhadores assalariados perderam o emprego, sendo 2 milhões pertencentes ao setor industrial.

Gráfico 5

Brasil – Evolução dos índices de emprego, da produção e da importação na indústria de transformação, 1985/99



Fonte: FIBGE – PIM; MICT; BACEN (Dezembro de 1985= 100,0), 1988/2000

Por fim, os postos de trabalho gerados caracterizam-se por serem, em sua grande maioria, precários. Nos anos 90, a cada 5 ocupações criadas, 4 referem-se ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal.

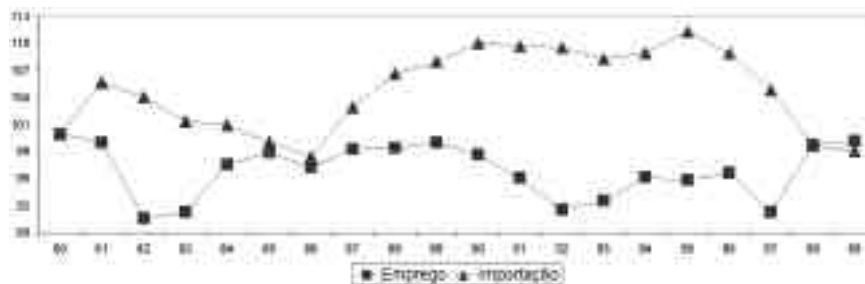
Mas, considerando-se exclusivamente o movimento de liberalização comercial e de internacionalização da economia brasileira nos anos 90, pode-se perceber seus efeitos negativos sobre o trabalho. Em relação ao emprego formal no setor industrial, nota-se que entre 1990 e 1998, ocorreram cerca de 1,2 milhão demissões influenciadas pela ampliação do grau de exposição externa do parque produtivo nacional.

Ao relacionar a evolução do emprego industrial (PIM-FIBGE) com o coeficiente de penetração da indústria de transformação observa-se a presença de evidências inegáveis de variações negativas para a ocupação. A ampliação de produtos importados, sem grande elevação da produção doméstica, indicou não apenas o efeito decorrente da substituição de produtos nacionais por importados, como, por conseqüência, a *exportação de empregos* de brasileiros para o exterior².

A reversão da tendência de país superavitário no comércio externo para a de deficitário implicou redução das possibilidades de ampliação de emprego. A mudança no *mix* de produção das empresas que operam no Brasil, passando a depender, cada vez mais, de produtos importados, retirou parte do potencial de criação de empregos do país.

Gráfico 6

EUA- Evolução dos índices de emprego e da importação no setor industrial, 1980/99



Fonte: OCDE e Department of Labour/USA(1980= 100,0), 1988/2000

No passado, aumentar a produção indicou geralmente a elevação da ocupação. Nos anos 90, isso não mais significou necessariamente a mesma coisa. A recuperação no nível de atividade econômica ocorrida entre 1993 e 1997 se deu sem ampliação do emprego industrial, fato não identificado desde 1930. Atualmente, produzir mais pode implicar elevação de produtos importados, muito mais que o emprego de brasileiros.

No mesmo sentido, as empresas estrangeiras adotaram diversos programas de redução de mão-de-obra, a partir de inovações na gestão do trabalho, terceirização, subcontratação, entre outros. Tudo isso mostrou ser negativo ao emprego.

Essa situação está relacionada ao modelo econômico adotado no Brasil a partir dos anos 90.

Nos Estados Unidos, que também passaram pelo programa neoliberal durante os anos 80, ocorreu uma redução sensível do emprego industrial, comparativamente à elevação das importações.

Na década de 1990, com o abandono da experiência neoliberal e adoção de políticas comerciais defensivas e de políticas industriais ativas, os Estados Unidos voltaram a recuperar o emprego industrial perdido. O exemplo dos Estados Unidos indica que, guardada a devida proporção, é possível recuperar o tempo perdido no Brasil.

Principais formas de inserção da força de trabalho no âmbito do MERCOSUL

Dentro do contexto de promoção comercial recíproca, o projeto de integração do MERCOSUL, como processo de integração sustentado pela redução dos custos domésticos e direcionado para o acesso aos mercados regionais, constitui uma realidade distinta da originalmente prevista em momentos históricos anteriores. O processo de integração regional posto em marcha através do Mercado Comum do Sul assenta-se mais nas metas de natureza comercial que na promoção da integração interregional dos países propriamente dita.

Através deste perfil básico de construção do projeto MERCOSUL, amplamente amparado pelo movimento de internacionalização das economias e de desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros, coloca-se sobre o mercado de trabalho atenção nem sempre privilegiada adequadamente. O funcionamento do mercado de trabalho não deveria ser considerado, por exemplo, uma variável independente das crescentes necessidades de ampliação dos graus de competitividade.

Dessa forma, tende a ocorrer o aprofundamento dos já conhecidos problemas identificados tradicionalmente nas economias periféricas ao desenvolvimento do capitalismo mundial (desemprego, baixos salários, informalidade no uso da mão-de-obra, subemprego etc.)³. Mas, pelo contrário, isso poderia ser diferente, caso os problemas tradicionais fossem identificados como fenômenos que necessitam ser incorporados plenamente na estratégia de integração regional.

Por conta disso, optou-se por analisar o movimento socioeconômico mais recente na evolução da força de trabalho no MERCOSUL, através da: (i) População Economicamente Ativa Ocupada e (ii) População Economicamente Ativa Desempregada, conforme apresentado a seguir.

População economicamente ativa ocupada

Durante os anos 90, a evolução da População Economicamente Ativa foi muito intensa. Embora os países do MERCOSUL experimentam atualmente uma fase de transição demográfica, o que tem se refletido na redução das taxas de expansão populacional, ainda é relativamente alta a pressão da mão-de-obra sobre o mercado de trabalho, sobretudo para países como Brasil e Paraguai.

De um lado, por força da difusão dos programas de aposentadoria e pensões, tem havido sinais de diminuição da taxa de participação masculina, geralmente nas faixas etárias mais elevadas. Em contrapartida, tem crescido a presença feminina no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se mantém elevada a taxa de participação de adolescentes e jovens adolescentes.

De outro lado, movida pelo quadro de ainda significativo peso demográfico, a População Economicamente Ativa nos países do MERCOSUL tem encontrado o funcionamento do mercado de trabalho menos favorável ao trabalhador. No que diz respeito às ocupações, nota-se a presença de uma importante alteração na composição da PEA ocupada. Comparativamente aos anos 80, a década de 1990 apresenta forte redução nas ocupações pertencentes aos setores agrícolas e industriais. Neste último, em particular, representa uma novidade até então desconhecida ao longo do período de industrialização das nações latino-americanas.

Os países do MERCOSUL que possuíam em média cerca de 32% das ocupações no campo e 26% no setor industrial em 1980, registram nos anos 90 cerca de 23% das ocupações no setor agropecuário e em torno de 20% a participação do emprego industrial no total das ocupações. Por conta disso, aumenta a presença das ocupações no setor de serviços, que representa algo como 56% do total nos anos 90, contra 42% na década de 1980.

Em grande medida, as alterações na composição da População Economicamente Ativa ocupada são decorrentes das profundas e rápidas mudanças na estrutura dos postos de trabalho. Por um lado, as ocupações

aumentaram muito para a micro, pequena e média empresas, assim como nos trabalhos autônomos e de serviço doméstico.

Por outro lado, houve forte redução no emprego assalariado com registro formal, produzido, em grande medida, pela reestruturação empresarial, sobretudo nas grandes empresas. Ao mesmo tempo, diante de taxas pouco expressivas de expansão do Produto Interno Bruto *vis-à-vis* ao crescimento do comércio externo, parte do emprego interno foi substituído por produtos importados ou por modificações substantivas no interior das cadeias de produção.

Em função disso, o espaço para integração de parcelas significativas da PEA tendeu a ser maior nas formas informais ou não-estruturadas de ocupação. O emprego assalariado protegido pelas legislações social e trabalhista foi, em geral, contido, representando cada vez menos no total da ocupação. A expansão do desemprego operou como contrapartida da situação adversa do mercado de trabalho nos países do MERCOSUL no período recente.

População economicamente ativa desempregada

Ganhou importância nos anos 90, o aumento da quantidade de pessoas desempregadas nos países do MERCOSUL. O desemprego aberto revelou-se um fenômeno relativamente novo nas economias que não chegaram a ter apresentado elevados patamares de estruturação do mercado de trabalho, conforme a experiência verificada nas economias avançadas⁴.

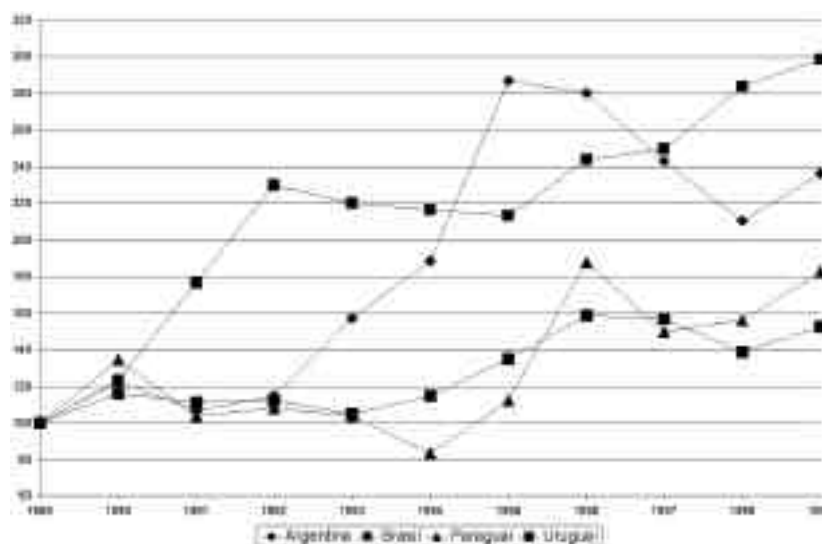
Ao final da década de 1990 pôde-se constatar na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a presença de taxas de desemprego aberto, mais que o dobro do que eram no final da década de 1980⁵. Da mesma forma, pôde-se também perceber que o desemprego apresenta-se cada vez mais de maneira heterogênea e massiva.

Em grande medida, a existência de situações socioeconômicas muito específicas no plano nacional, setorial e regional não são suficientes para conter a generalização do desemprego.

Ele pode manifestar-se em maior escala nas regiões metropolitanas, principalmente aquelas com maior presença industrial, assim como para segmentos do mercado de trabalho como os mais escolarizados, os pertencentes aos empregos estáveis, com maior experiência profissional, entre outros.

Gráfico 7

*Evolução dos índices de desemprego nos países do MERCOSUL
1989/99 (1989 = 100,0)*



Fonte: BID, 1999; CEPAL, 1999.

Da mesma forma, o desemprego estava associado tradicionalmente aos trabalhadores mais escolarizados e com menores experiências profissionais. A mudança no perfil do desemprego nos países do MERCOSUL colocou em evidência uma nova realidade socioeconômica supranacional.

Diante disso, deixa de haver segmento social imune à situação de desemprego. Entretanto, a situação do desempregado e o volume de pessoas sem emprego pode se mostrar mais grave e mais elevada do que em outras regiões e setores de atividade econômica. Isto é, o desemprego tende a ser cada vez mais um fenômeno heterogêneo e complexo.

A geração de um excedente adicional de mão-de-obra nos países do MERCOSUL durante os anos 90, expressou-se através do desemprego, que assumiu uma proporção ainda maior da PEA, o que indica a incapacidade/esgotamento dos segmentos não-estruturados/informais de continuar absorvendo parcelas crescentes da força de trabalho. Essa situação influenciou ainda mais as condições de uso e remuneração da mão-de-obra na região do Cone Sul, conforme apresentado a seguir.

Alterações nas relações de trabalho nos países do MERCOSUL

A década de 1990 apresenta sinais importantes de modificações nas relações de trabalho, que resultam em grande medida do curso das transformações econômicas e sociais em curso nos países do MERCOSUL. Embora não deixasse de ser uma marca dos sistemas de relações de trabalho nos países do Cone Sul, percebe-se no período mais recente o fortalecimento da tendência de maior heterogeneidade nas relações de trabalho.

No passado foi constituído um movimento voltado para a redução das desigualdades entre as ocupações, remunerações e condições de trabalho, em parte fundamentado pela legislação social e trabalhista e atuação dos sindicatos num quadro de urbanização e ampliação da industrialização, sobretudo na Argentina e Brasil. Mais recentemente, contudo, o fenômeno da heterogeneidade voltou com muita força.

Atualmente podem ser encontradas atividades laborais vinculadas tanto ao atraso, somente comparáveis às do século XIX, o trabalho infantil e escravo, ocupações sem rendimento e trabalho independente quanto associadas a algumas experiências restritas de uso e remuneração mais modernas de trabalho, como em células de produção na manufatura, em serviços informatizados e de última geração, através de grupos semi-autônomos em empresas industriais e nos serviços de ponta, entre outras. Devido a isso, crescem as evidências de rompimento do padrão de relações de trabalho consolidado a partir da ação sindical tradicional, que havia ganho grande importância ao longo do processo de redemocratização nos países do MERCOSUL.

Assim, o sindicalismo havia se tornado um peça fundamental do processo de redemocratização, obtendo grande credibilidade e representatividade. Mas nos anos 90, os sinais de decréscimo sindical terminaram indicando uma nova fase de enfraquecimento das instituições de representação de interesses diretos dos trabalhadores.

Nos países do MERCOSUL são possíveis de serem detectadas pelo menos 4 características atuais de mudanças nas relações de trabalho: (i) queda nos conflitos trabalhistas; (ii) diminuição na taxa de sindicalização; (iii) descentralização das negociações coletivas e estancamento das cláusulas nos acordos/convenções coletivas de trabalho e (iv) maior participação dos sindicatos nos fóruns de políticas públicas. Essas novas características são apresentadas a seguir de forma simplificada.

Diminuição nos conflitos trabalhistas

Com o restabelecimento dos regimes democráticos, a partir dos anos 80, houve uma tendência de fortalecimento das entidades de representação dos interesses do conjunto dos trabalhadores nos países do MERCOSUL. A greve, sem dúvida, transformou-se num dos principais instrumentos de vocalização dos interesses coletivos dos trabalhadores, sempre presente para demonstrar o grau de insatisfação sobretudo com a realidade socioeconômica.

A partir dos anos 90, contudo, o movimento sindical tem registrado uma desaceleração na realização dos conflitos trabalhistas. Em parte, a condução de políticas macroeconômicas de ajustes restringiu as bases materiais de ação tradicional dos sindicatos. Isto é, a forte presença do desemprego, a geração de novos postos de trabalho em pequenas e micro empresas e no chamado setor informal terminaram por influir nas oportunidades de realização dos conflitos trabalhistas.

Nessa situação, há maior heterogeneidade nas relações de trabalho, pois nas grandes empresas, agora mais enxutas e com melhores condições de trabalho, ocorre um maior risco por parte dos trabalhadores na realização de greves. Para os trabalhadores empregados nas pequenas e micro empresas, onde as condições de trabalho e remuneração são, em geral, precárias, as dificuldades para a organização sindical é mais reduzida, dificultando muito a mobilização dos trabalhadores.

Redução na taxa de sindicalização

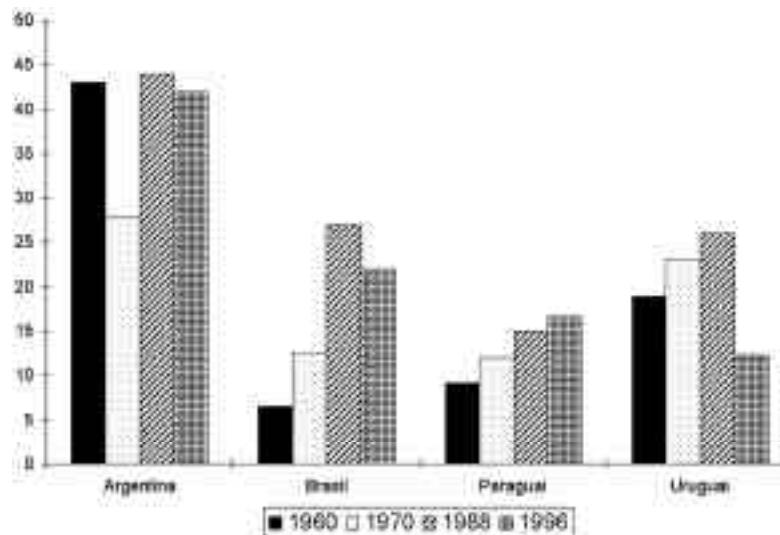
Os indicadores existentes nos países do MERCOSUL para avaliação da taxa de sindicalização não são muito precisos. Não obstante as dificuldades para medir o movimento de adesão dos trabalhadores aos sindicatos, pode-se observar que nos anos 90 parece haver um certo enfraquecimento no número de sindicalizados *vis-à-vis* a quantidade de trabalhadores urbanos⁶.

Esse movimento de desaceleração na sindicalização reflete uma situação geral das entidades de representação de interesses dos trabalhadores. Embora possam ser identificados casos de sindicatos que ampliaram o número de sindicalizados no período recente, isso parece não se aplicar à grande maioria de sindicatos.

Em parte, os países da região estariam refletindo uma certa tendência internacional, na medida em que a taxa de sindicalização cai mais no setor privado que no setor público. Como tem ocorrido um forte ajuste no nível de emprego concentrado sobretudo nas empresas privadas – base de atuação dos sindicatos - a sindicalização tendeu a cair.

Gráfico 8

Evolução da taxa de sindicalização de trabalhadores urbanos nos países do MERCOSUL (em %)



Fonte: OIT, 1997 [c].

Além disso, convém destacar que a posição, muitas vezes, *anti-labor* adotada pelos governos termina reforçando as dificuldades ainda maiores de sindicalização. Em parte, o movimento de desregulamentação do mercado de trabalho torna o sindicato mais fragilizado, retirando as normas de institucionalização que tradicionalmente existiam nos países da região.

A própria tendência de desestruturação do mercado de trabalho enfraquece a sindicalização, diminuindo a capacidade do sindicato realizar suas atividades de forma generalizada para todos os trabalhadores. Os autônomos, os assalariados sem registro e os desempregados ficam de fora da ação sindical, o que reduz a possibilidade de vocalização dos interesses do conjunto dos trabalhadores por intermédio do próprio sindicato.

Por outro lado, a grande empresa, ao introduzir novos métodos de gestão da mão-de-obra, termina por individualizar ainda mais as relações de trabalho, passando a disputar com o sindicato o domínio do trabalhador empregado. Nessas condições, o sindicato termina sendo visto como instituição que pode desagregar os interesses diretos dos empregados para com as metas de produção da empresa.

Descentralização das negociações coletivas de trabalho e estancamento das cláusulas contratuais

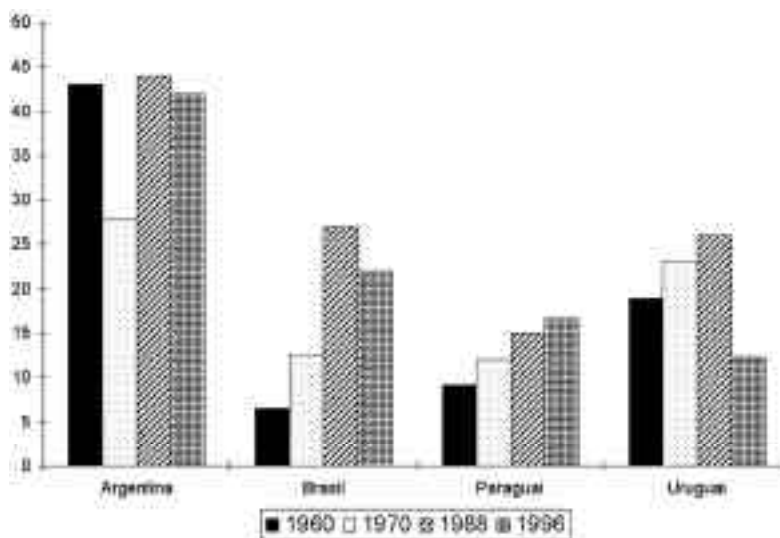
A dinâmica do sindicalismo nos países do MERCOSUL implicava na ampliação do número de cláusulas negociadas através de constantes negociações coletivas de trabalho. Durante a década de 70, as negociações coletivas realizadas na Argentina e Brasil ocorriam em pequena quantidade⁷.

A presença dos regimes autoritários contribuía para a ausência de ação sindical, bem como a realização de negociações coletivas de trabalho. Mas a partir dos anos 80, pode-se perceber um crescimento das negociações coletivas de trabalho.

Além disso, percebe-se também a existência de negociações coletivas cada vez mais descentralizadas. Isto é, cada vez mais realizadas ao nível da empresa, com sérias implicações para as antigas ações que envolviam acordos coletivos por ramos ou categorias profissionais.

Gráfico 9

Número médio de convenções realizadas nas décadas de 1970 e 1990 na Argentina e Brasil



Fonte: Córdoba, 1985; OIT, 1997 [b].

Uma outra novidade ocorrida nos anos 90, sobretudo na Argentina e Brasil, refere-se às cláusulas negociadas pelos acordos coletivos de trabalho, pois com a estabilidade monetária tem havido a retirada de vários itens acordados entre sindicatos patronais e laborais vinculados à indexação de salários ou ainda à introdução de acordo sobre remuneração variável, como a participação nos lucros e resultados (plr). Atualmente, o centro das negociações coletivas parece ter-se deslocado na temática do emprego⁸. Os sindicatos, por conta disso, tendem a atuar mais concentradamente na ampliação dos postos de trabalho, inovando, quando possível, as negociações de cláusulas sobre a contenção de proteção das ocupações, fiscalização da introdução de novas tecnologias, a difusão da qualificação profissional e da contenção de rendimentos indiretos e encargos sociais.

Em parte, os acordos/convenções realizados nos anos 90 destacam-se por sua natureza mais descentralizada, isto é, realizados cada vez mais ao nível da empresa. Dessa forma, há dificuldade de generalização de cláusulas acordadas em uma empresa para outra e de uma categoria sindical para outra, conforme a experiência dos anos 80.

A descentralização das negociações coletivas de trabalho não indica necessariamente uma maior aproximação dos sindicatos aos interesses das empresas, nem tampouco a maior organização dos trabalhadores por local de trabalho. Mas pode provocar maior heterogeneidade nas remunerações e condições e relações de trabalho no interior de cada país.

Parece haver condições mais adequadas para o desenvolvimento da ação sindical próxima ao trabalhador empregado, o que pode favorecer um certo fortalecimento dos sindicatos frente aos trabalhadores regularizados. Em relação ao restante dos trabalhadores, pode entretanto existir maiores riscos de marginalização. No caso dos trabalhadores demitidos, observa-se uma contumaz recorrência à Justiça do Trabalho, que a cada ano amplia suas ações junto aos processos trabalhistas protocolados.

Ampliação da participação dos sindicatos nos fóruns de políticas públicas

Não representa uma novidade para o movimento sindical dos países do MERCOSUL a participação em fóruns institucionais. Desde o seu surgimento, o sindicato teve várias experiências nacionais de atuação em órgãos institucionais.

Superada a fase de autoritarismo, os sindicatos foram novamente recuperando espaços nos fóruns institucionais. Mas observa-se que na década de 1990, a participação nos fóruns de definição das políticas públicas transformou-se em poucos espaços de ação sindical mais ampla. (Bronstein, 1995; Ermida Uriarte, s/d)

No Brasil, em especial, essa característica ganhou importante dimensão. Podem ser contabilizados por exemplo mais de 40 fóruns de participação institucional dos sindicatos, como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador, Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho do Fundo de Garantia por tempo de Serviço, Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade, Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria, Comissões Tripartites de Emprego, Programa de Educação para a Competitividade, Câmaras Setoriais, entre outras. Nos demais países do MERCOSUL, a atuação sindical também passou a ter maior importância sobretudo nos fóruns de definição da formação profissional e de uso de recursos públicos em geral.

Nos espaços institucionais, os representantes dos trabalhadores possuem condições singulares para a vocalização de interesses coletivos, podendo contrarrestar a tendência de focalização das ações nas categorias profissionais de trabalhadores. Mas essas oportunidades, em certo sentido contraditórias com o que vem ocorrendo com a trajetória recente do sindicalismo nos países da região, dependem fundamentalmente da redefinição do papel das entidades de representação dos interesses dos trabalhadores, com o objetivo de procurar combinar as ações quotidianas e específicas das categorias profissionais com os interesses coletivos e estratégicos para as classes trabalhadoras.

Considerações finais

Neste texto sobre o mundo do trabalho, em meio ao cenário de transformações econômicas recentes no âmbito do comércio mundial, assim como no MERCOSUL, procurou-se apresentar um conjunto de elementos que ajudam a analisar, em parte, os resultados decorrentes dos esforços de elevação da internacionalização do capital. A partir disso, parece necessário destacar que, juntamente com os sinais de ampliação do desemprego, há informações que apontam para uma precarização das formas gerais de inserção do conjunto da População Economicamente Ativa, com maior heterogeneidade entre os trabalhadores que se mantêm incluídos e os que estão ficando excluídos dos segmentos organizados do mercado de trabalho.

Para os países que constituem o MERCOSUL, a simples estratégia de inserção no comércio internacional - desprovida de transformações criativas na estrutura produtiva e da melhora nos indicadores sociais - tende a aumentar o seu grau de dependência externa. Em outras palavras, a busca da eficiência, produtividade e qualidade por meio do maior grau de exposição do parque produtivo à economia internacional não parece ter sido adequada para promover positivamente a rápida e sustentada retomada dos investimentos de longo prazo.

Pelo contrário, observa-se uma desorganização intra-setorial e a formação de uma economia de especialização, com sérios problemas sociais.

Após quase três décadas de estruturação do mercado de trabalho, o conjunto dos países latino-americanos que atualmente conformam o Mercado Comum do Sul apresenta sinais recentes de desestruturação. Não obstante as diferenças nacionais, o atual movimento de desestruturação do mercado de trabalho concentra-se na ampliação do desemprego, na redução de participação dos empregos assalariados no total da ocupação e na geração de postos de trabalho precários e de baixa produtividade, conforme foi possível identificar nas páginas anteriores.

Assim, percebe-se uma ligeira inflexão nas relações de trabalho nos países do MERCOSUL. Em geral, as recentes transformações ocorridas nas economias do MERCOSUL têm sido as responsáveis, em grande medida tanto no mercado de trabalho quanto nas relações de trabalho. Com isso, o sindicalismo perde dinamismo, diante da diminuição na taxa de sindicalização, da desaceleração nos conflitos coletivos e do enfraquecimento das negociações coletivas.

No limiar do novo milênio, resta ressaltar que as transformações no mundo do trabalho não terminam ocorrendo de maneira acompanhada de políticas de trabalho harmônicas entre os países do MERCOSUL. Ao mesmo tempo que não parece existir coordenação favorável à equalização das marcos regulatórios do mercado de trabalho, embora algumas medidas pontuais de desregulação do mercado de trabalho e flexibilização dos contratos sejam perceptíveis em quase todos os países. O resultado disso não se apresenta até então favorável ao emprego, nem tampouco ao avanço geral das condições de trabalho.

Bibliografia

- Alves, E. e Soares, F. 1996 *Ocupação e escolaridade* (Brasília: IPEA).
- Amadeo, E. et alii 1994 “A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980” in Instituições trabalhistas e a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro (Rio de Janeiro: IPEA).
- Amadeo, E. e Szkurnek, I. 1997 *Saldo comercial, produção e emprego na manufactura* (Rio de Janeiro: PUC).
- Baltar, P. e Mattoso, J. 1997 “Transformações estruturais e emprego nos anos 90” in *Cadernos Cesit* Campinas N° 21.
- Barros, P. et alii 1996 *A estrutura do desemprego no Brasil* (Rio de Janeiro: IPEA).
- Brandão, S. e Hoffmann, M. 1996 *Estatísticas do trabalho* (Rio de Janeiro: IBGE).
- Bronstein, A. 1995 “Cambio social y relaciones de trabajo en America Latina” in *RIT*, Genebra Vol. 114 N° 2.
- Camargo, J. 1997 “Estabilização, emprego e restrição externa” in Velloso, J. (comp.) *Desafios de um País em transformação* (Rio de Janeiro: José Olympio).
- Cesit, 1994 *Emprego, Salário, Rotatividade e Relações de Trabalho em São Paulo* (Campinas: Unicamp) Relatório de Pesquisa, mimeo.
- CNI 1997 *Emprego na indústria* (Rio de Janeiro: CNI).
- Córdoba, E. 1985 *As relações coletivas de trabalho na América Latina* (São Paulo: LTr).
- Correa, P. e Moreira, M. 1996 *Abertura comercial e industria* (Rio de Janeiro: BNDES).
- Delfim Netto, A. 1996 *O desemprego neo-social*, Brasília, mimeo.
- Diesse/Fseade 1995 *Relatório metodológico* (São Paulo: DIEESE/FSEADE).
- Ermda Uriarte, O. (s/d) *Las relaciones de trabajo en América Latina: problemas y tendencias actuales*, Lima, mimeo.
- FDC 1996 *Estudos sobre o Brasil na competitividade mundial* (Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia).
- FIESP 1993 *Como calcular os encargos sociais* (São Paulo: Fiesp), mimeo.

- García, N. 1994 “Reestructuración económica y mercado de trabajo en América Latina” en Reestructuración y regulación industrial del mercado de trabajo en América Latina (Ginebra: IIEL/OIT).
- Godio, J. 1989 *El movimiento sindical latinoamericano en los años 80*. (Caracas: Democracia económica).
- Gonçalves, R., 2000 *O Brasil e o comércio internacional* (São Paulo: Contexto).
- Guglielmetti, M. e Guglielmetti, A. 1995 *Relaciones laborales* (Santiago: OIT).
- Hyman, R. 1996 “Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera” en Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo (México).
- Kaztman, R. e Reyna, J. 1979 *Fuerza de trabajo y movimientos laborales en América Latina* (México: El Colegio de México).
- Lacerda, M. 1999 *O impacto da globalização na economia brasileira* (São Paulo: Contexto).
- Malbrán, J e Veja-Ruiz, M. 1997 *Las relaciones laborales: un desafío para el sindicato* (Santiago de Chile: OIT).
- Mattoso, J. e Pochmann, M. 1995 “Globalização, concorrência e trabalho” en Cadernos CESIT (Campinas) Nº 17.
- Moreira, M. e Najberg, S. 1997 *Abertura comercial: criando ou importando empregos?* (Rio de Janeiro: BNDES).
- OIT 1995 *Las relaciones laborales en el Cono Sur* (Santiago de Chile: OIT).
- OIT 1996 *Panorama laboral* (Santiago de Chile: OIT).
- OIT 1997[a] *El trabajo en el mundo* (Ginebra: OIT).
- OIT 1997[b] *Informe sobre el empleo en el mundo* (Ginebra: OIT)
- OIT 1997[c] *Panorama laboral* (Santiago de Chile: OIT).
- Oliveira, M. 1994 “Avanços e Limites do Sindicalismo Brasileiro Recente” en Barbosa de Oliveira, C. et alii. (comps.) *Mundo do trabalho* (São Paulo: Scritta).
- Pacheco, C. e Pochmann, M. 1996 *O mercado de trabalho e suas políticas nas economias avançadas durante as últimas duas décadas do século XX* (Campinas: CESIT/IE/UNICAMP) mimeo.
- Pastore, J. 1994 *Encargos sociais no Brasil e no exterior* (Brasília: SEBRAE).

- Pochmann, M., 1994 *Cálculo dos Componentes dos Custos do Trabalho dos 10 setores mais importantes da Economia dos Países do MERCOSUL* (Campinas: BID) Relatório Final Consolidado, mimeo.
- Pochmann, M 1997 *Integração regional e mercado de trabalho no MERCOSUL* (Campinas: IE/UNICAMP/CESIT).
- Pochmann, M. et alii 1998 “Transformações recentes e perspectivas da ação sindical no Brasil” en Revista São Paulo em perspectivas (São Paulo: SEADE).
- Pochmann, M. 1999 *O trabalho sob fogo cruzado* (São Paulo:Contexto)
- Pochmann, M. 2001 *O emprego na globalização* (São Paulo: Boitempo).
- Pochmann, M. 2001 *A década dos mitos* (São Paulo: Contexto).
- Ramos, L. e Reis, G. 1997 “Emprego no Brasil: os anos 90” en Velloso, J. (comp.) *Desafios de um País em transformação* (Rio de Janeiro: José Olympio).
- Santos, A. e Pochamnn, M. 1996 “Custo do Trabalho e Competitividade Internacional” in Barbosa de Oliveira, C. e Mattoso, J. (comps.) *Crise e Trabalho no Brasil* (São Paulo: Scritta).
- Santos, A. 1996 “Encargos Sociais e Custo do Trabalho no Brasil” in Barbosa de Oliveira, C. A. e Mattoso, J. E. L. (comps.) *Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?* (São Paulo: Scritta).
- Stolovich, L. 1994 *El impacto de la integración económica regional sobre el mundo de trabajo: el caso del Mercosur* (Montevideo: CIEDUR).
- Sunkel, O. 1993 “El marco histórico de la reforma económica contemporánea” en *Pensamiento Iberoamericano* (Madrid: AECD) N° 22.
- Troyano, A et alii. 1985 “A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego” in *São Paulo em Perspectiva* (São Paulo: FSEADE), N° 1.
- Wachendorfer, A. e Castro, M. 1995 *Sindicalismo latinoamericano* (Caracas: Nueva Sociedad).
- Zanolo, J. 1994 *El sindicalismo latinoamericano y del caribe* (Buenos Aires: EBA).
- Zapata, F. 1986 *El conflicto sindical en América Latina* (México: El Colegio de México).

Notas

- 1 Sobre a nova inserção econômica brasileira ver Lacerda, 1999; Gonçalves, 2000; Correa e Moreira, 1996.
- 2 Números distintos podem ser encontrados em Barros et alii, 1996, Moreira e Najberg, 1997; Amadeo e Szkurnek, 1997.
- 3 Sobre situação do mercado de trabalho latino-americano ver: Pochmann, 1997; Garcia, 1994.
- 4 O que marcava a evolução do mercado de trabalho nas economias latino-americanas era a presença de formas de desemprego disfarçado, como as formas de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento de continuar persistentemente procurando trabalho. No primeiro caso, as pesquisas oficiais tendem a identificar a presença de ocupação e na segunda de inatividade, o que resulta na subestimação do desemprego total.
- 5 Deve-se destacar que também há um problema metodológico na aferição do que seja desempregado, pois as pesquisas existentes nos países da periferia do capitalismo são, em geral, cópias das pesquisas aplicadas em países capitalistas com mercados de trabalho estruturados. Diante disso, as informações oficialmente apresentadas pelos países periféricos devem subestimar muitas vezes a dimensão quantitativa do problema do desemprego. No caso do Brasil, por exemplo, percebe-se claramente isso, pois quando se comparam as pesquisas realizadas pelo IBGE com as do DIEESE, verificam-se diferenças extraordinárias. Para a região da grande São Paulo, a taxa de desemprego medido pelo DIEESE/SEADE alcança 19% da PEAe apenas 8% pelo IBGE.
- 6 Sobre as alterações na sindicalização ver: OIT, 1997; Hyman, 1996.
- 7 Sobre o padrão de ação sindical ver Zanola, 1994; Godio, 1989; Zapata, 1986; Ksztman e Reyna, 1979.
- 8 Sobre as alterações nas negociações coletivas de trabalho ver: Wachendorfer e Castro, 1995; Guglielmetti e Guglielmetti, 1995.